

2.

Juventude, Mudança Social e Geração

Inicialmente, será observada a concepção de “mudança social” ligada às de “juventude” e “geração”. Para tal intuito, o conceito de mudança social será evidenciado, aproximando-o da juventude e sociedade. Após esse momento, faz-se importante o esclarecimento do longo caminho que a juventude trilhou para ter reconhecimento social e ser tratada como categoria, visto, por exemplo, nos movimentos juvenis que expressaram tal anseio, além de uma forma de sinalizar que os jovens tinham uma identidade própria. Por consequência, expressavam maneiras de diferenciarem-se dos adultos. Após observar essa trajetória, será apresentado como se configurou o olhar para a nova categoria social, como os pesquisadores da época compreendiam e acompanharam essa jornada e, principalmente, como viam as atitudes dos jovens na conjuntura que iniciou as pesquisas.

As ciências sociais e biológicas estavam atentas àqueles que chamavam a atenção da sociedade. Para isso, uma análise sobre o conceito de “geração” complementar a compreensão para embasar a pesquisa, que tem a Geração *Millennials* como recorte, assim como estudos e principais teorias, ou pelo menos algumas delas, que mostrem como hodiernamente determinado grupo que nasceu em um recorte de tempo específico ganha atributos que lhe garantam certas características. Os fatores histórico e social, e os anos de nascimento seriam suficientes para ligá-los a um mesmo tipo de visão de mundo? Afinal, como surgiram essas observações? Será visto que conceitos atribuídos a uma coorte¹, nomenclatura usada pela demografia contemporânea para analisar o termo “geração”, foram observados por nomes clássicos e contemporâneos da literatura.

¹Coorte: A coorte é o conjunto de todas as pessoas que participam de uma dada experiência, em especial, o fato de terem nascido no mesmo período. As coortes etárias são definidas muitas vezes em termos de períodos de cinco a dez anos, tal como os nascidos entre 1970-57 e 1940-50. Em algumas sociedades tribais, as coortes são formalizadas e recebem nomes que as distinguem de outras. Sociologicamente, são conhecidas como conjuntos de idade. A coorte é um conceito sociológico importante, sobretudo no estudo da mudança social. Uma vez que cada nova coorte experimenta à sua própria maneira a sociedade em que vive, em condições históricas únicas, elas, inevitavelmente, contribuem para a mudança social ao interpretar a seu modo valores, crenças e atitudes, e ao se ajustar a restrições estruturais (JOHNSON, 1997, p. 54).

2.1.

O valor de mudança social ligado à juventude

Para esclarecer e iniciar a discussão, é utilizada a apresentação do Dicionário de Sociologia do americano Allan G. Johnson (1997). Nele se encontra a definição de “mudança social” que ajudará a trilhar os primeiros passos para o estudo: “Mudança social é qualquer alteração nas características culturais, estruturais, demográficas ou ecológicas de um sistema social, como uma sociedade” (JOHNSON, 1997, p. 155). Nesse sentido, nota-se que a mudança tem o poder de modificar normas sociais, tirar do lugar o que estava acomodado e pode ser uma iniciativa de apenas alguns indivíduos, mas que atinge de uma população ou ela por completo. Em contrapartida, o agente dessa mudança social ganha um foco na sociedade, será julgado e, possivelmente, sofrerá represália. Isso posto, faz-se necessária a análise de como a mudança social causa reações em toda a comunidade.

O autor Edgar Morin (2006) apresenta sua visão sobre o “desvio” e expõe o que, para ele, pode ser observado por aqueles que convivem com os “desviados”. Ainda sem impor valores de inovação, mudança ou evolução, essa tendência que nasce a partir de um indivíduo, de um micromeio ou microfenômeno, conforme cita o autor, carrega em si reações sociais positivas e negativas. Quando essa tendência ganha forças e proporções além do esperado, pode ocorrer uma contratendência em busca do já conhecido, da volta ao antigo, entendendo que é preciso retomar o equilíbrio em que se vivia (MORIN, 2006). Em contrapartida, quando essa tendência é aceita pelos indivíduos que são atingidos por ela, há novamente a volta da harmonia. “Quando uma tendência se torna dominante e hegemônica, torna-se consubstancial ao sistema. (...) a tendência se torna traço constitutivo quando seu caráter fenomenal se inscreve no dispositivo gerativo” (MORIN, 2006, p.128). O sociólogo afirma que, então, a partir dessa conjuntura, o processo de acomodação social, ou conforme as palavras do autor, a “morfogênese”², está realizada, e ainda ressalta que todo indivíduo é um desvio devido à sua individualidade e seus traços únicos, mas que

²Origem e desenvolvimento das formas e das estruturas de um organismo; morfogenia. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=morfogenia>. Acessado dia 07/09/2017.

esses vivem as regras doutrinadas desde sua existência e não se tornam “seres desviantes” diante dos que o cercam.

Analisando os desvios sentidos socialmente, de forma notória a partir do século XVIII, grande parte deles foram correlacionados à juventude. A mudança do que estava acontecendo nesses séculos foi causada pelos jovens, por sua própria iniciativa ou por influências adultas. Assim, o autor observa que um movimento cultural também se define em parte como contratendencial, uma vez que este sugere novas normas individuais de viver, assim como em sociedade, e fogem dos fundamentos sociais estabelecidos. Edgar Morin relaciona “subcultura”, “contracultura” e “revolução cultural” para compreender se existe uma cultura adolescente em torno desses valores, ou ainda, se a cultura adolescente é imaginada dentro desses termos. E, novamente, as respostas para tais dúvidas inclinam-se diante das duas palavras: tendência e contratendência. “A natureza da relação que define estas duas noções deve ser procurada ao lado de uma reflexão sobre o acontecimento e sobre a mudança social” (MORIN, 2006, p. 132). Subcultura deve ser entendida, então, pelos olhos do autor, como pertencente a um sistema mais vasto, como uma cultura de massas, mas, fundamentalmente, ambivalente a esta. A contracultura e a revolução cultural, por sua vez, se complementariam, uma vez que a contracultura não seria suficiente para expressar sua essência de recusa do princípio de alternância e crítica do mundo do consumo (MORIN, 2006). A revolução cultural, além do exposto pela contracultura, não tolera o hedonismo favorecido pelo consumo, não há convivência como a que acontece com a contracultura. Mas de que modo essas questões se aproximam da juventude especialmente? As considerações do autor, apesar de se direcionarem à juventude, não excluem pessoas de diferentes idades a compartilharem dos termos observados. De acordo com o autor, as diferenças entre os adolescentes e adultos criam limites não apenas etários, mas também na sua cultura e interação social.

A adolescência seria a fase em que o jovem humano, já meio desligado do universo da infância, mas não ainda integrado no universo do adulto, sofre indeterminações, bideterminações e conflitos. Por conseguinte, só pode haver adolescência onde o mecanismo de iniciação, transformando a criança em adulto, se deslocou ou decompôs-se, e onde se desenvolveu uma zona de cultura e de vida que não está engajada na ordem social adulta (MORIN, 2006, p. 137).

Através desse prisma, é preciso considerar, então, como se determinou o engajamento do jovem com outras esferas da sociedade. Essa pesquisa, em especial, buscará compreender apenas um desses valores atribuídos ao jovem: a mudança social. O pesquisador de estudos culturais Lawrence Grossberg (1992) usa o termo “articulação” para atingir certa ideia. Para ele, conceitos que não têm nenhum tipo correlação são articulados socialmente e, através de uma construção social, são fixados no imaginário como algo naturalmente intrínseco.

Articulação: a prática de unir elementos que não têm relação necessária entre eles; a prática teórica e histórica pela qual se faz o estrato particular das relações que define qualquer sociedade. Por exemplo: enquanto não há uma razão óbvia porque uma cor de cabelo particular está ligada a um nível particular de inteligência, a noção de "loira burra" foi uma articulação poderosa particular por muitas décadas” (GROSSBERG, 1992, p. 397)³.

Desse modo, analisar a juventude como única unidade agente de transformação social pode ser uma posição precipitada. Ideia que, no senso comum é ligada aos jovens, assim como outros valores, como felicidade, beleza, liberdade, irresponsabilidade, entre outros. Ao analisar o princípio de mudança social, também fortemente atrelada à juventude, antes, é necessário realizar uma revisão histórica acerca da construção do conceito de juventude na sociedade, entender como a humanidade encarou essa descoberta durante os séculos e como os jovens vivenciaram tal reconhecimento, conforme o próximo subcapítulo. Ainda, para concluir as considerações, Allan G. Johnson (1997) estabelece diferenças entre os movimentos sociais. É necessário observar as diferenças apenas como meio informativo, sem juízo de valor. Em linhas gerais, “(...) movimento social é um esforço coletivo contínuo e organizado que se concentra em algum aspecto de mudança social” (JOHNSON, 1997, p. 155). Porém, ainda é possível pensar em três divisões: os de reforma, os revolucionários e os de resistência. A primeira é uma forma de melhorar condições em um sistema social, mas sem modificar o caráter fundamental. Já o movimento revolucionário segue o caminho oposto: alterar as características estruturais ou culturais básicas de um

³Traduzido do original: “*Articulation: the practice of linking together elements which have no necessary relation to each other; the theoretical and historical practice by which the particular structure of relationships which defines any society is made. For Example: while there is no obvious reason why a particular hair color is tied to a particular level of intelligence, the notion of the "dumb blonde" was a particular powerful articulation for many decades*” (GROSSBERG, 1992, p. 397).

sistema. Por fim, o movimento de resistência combate mudanças que acreditam ser prejudiciais a um grupo (JOHNSON, 1997).

2.2.

Juventude: uma construção social

A concepção da categoria “juventude” passou por diversos momentos durante a História da humanidade, desde sua distinção da infância até o que hoje é chamado de “geração juvenil”. David Le Breton (2017) afirma em seu livro que “(...) a adolescência não é um acontecimento, mas antes uma questão que atravessa o tempo e o espaço das sociedades humanas. Algumas se preocupam em demarcar faixas etárias e as responsabilidades associadas a elas” (LE BRETON, 2017, p. 19). O período entre a infância e a vida adulta é confuso e indefinido, a depender das circunstâncias e cultura em que se vive. Luís Antonio Groppo (2000) reforça que a juventude é uma categoria social construída, mais do que uma faixa etária demarcada, nem sempre coesa em seus desejos e comportamentos. E como categoria social, a juventude é representação sociocultural e situação social, uma criação simbólica de grupos sociais ou dos próprios jovens para justificar suas atitudes. O autor também aponta para a forma como as faixas etárias conduziram a sociedade moderna para uma cronologização do curso da vida: “A criação das instituições modernas do século XIX e XX – como escola, o Estado, o direito, o mundo do trabalho industrial etc. – também se baseou no reconhecimento das faixas etárias (...)” (GROPPO, 2000, p. 12). A princípio, algumas concepções como faixa etária e juventude podem parecer mais do que naturais hodiernamente, mas, para compreender tais observações dos autores, é preciso aprofundar o tema observando como a categoria “jovem” surgiu.

Philippe Ariès (1981) demonstra que a idade exata do indivíduo não era um fato importante nos séculos passados. O rei Francisco I, no século XVI, ordenou aos párocos da França que acrescentassem a inscrição do nascimento aos registros. A medida foi lentamente incorporada para que, finalmente no século XVIII, o clero exercesse o comando sobre toda a população. A partir dessas circunstâncias, as crianças nascidas na França, nesses séculos, já sabiam com

exatidão quantos anos tinham. A idade é um dado que só ganhou relevância a partir da Idade Moderna. Na Idade Média, o homem pensaria, no entanto, em “idades da vida”, recortes que ganharam nomenclaturas como infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade, palavras que buscavam designar as “idades do homem”, como categorias nos tratados pseudocientíficos da época.

Ariès afirma que, no século XVII, ninguém mediria a infância por aspectos biológicos. A infância estava ligada diretamente ao fato de depender do outro, mas uma maneira de perceber as classes de idade na sociedade era a mudança em torno das instituições, como militarismo ou casamento (ARIÈS, 1981). O autor percebe que, embora o vocabulário tenha se modificado com o passar do tempo, a ambiguidade entre infância, adolescência e juventude permaneceu até o século XVIII. Não havia a noção do infantil, pois a criança era percebida como um adulto à espera de ocupar um lugar social e, enquanto isso, ajudava no trabalho do campo, em visitas e no que mais a julgassem convenientes. As crianças não eram negligenciadas, mas a diferença, hoje, está na consciência do que distingue uma criança ou jovem, e estes, naquele momento, podiam se misturar entre adultos. “Essa sociedade de adultos hoje em dia muitas vezes nos parece pueril: sem dúvida, por uma questão de idade mental, mas também por sua questão de idade física, pois ela era parte composta de crianças e jovens de pouca idade” (ARIÈS, 1981, p. 156).

As classes de idade em nossa sociedade se organizam em torno de instituições. Assim, adolescência, mal percebida durante o *Ancien Régime*, se distinguiu no século XIX e já no fim do século XVIII através da conscrição, e mais tarde, do serviço militar. O *écolier* – o escolar – e esta palavra até o século XIX foi sinônimo de estudante, sendo ambas empregadas indiferentemente: a palavra colegial não existia – o *écolier* do século XVI ao XVIII estava para uma infância longa, assim como o conscrito dos séculos XIX e XX está para a adolescência (ARIÈS, 1981, p. 187).

Desse modo, assim como o autor usa os termos “adolescência e juventude” em sua obra, como também outros autores consultados nessa pesquisa, o termo é usado para fazer referência à fase após a infância. Ainda entre aqueles que usam ambas as nomenclaturas em seus escritos, não foi possível observar com clareza uma forte diferenciação entre a significação das palavras para que pudessem ser separadas em estágios distintos. Pode-se, assim, interpretar a adolescência como

um período mais próximo da infância, e a juventude, da vida adulta (GROPPO, 2000). Entretanto, estão ambas no mesmo estágio de transição e sem delimitações específicas que garantam uma definição de categoria para cada. Por isso, nesta pesquisa, as duas maneiras de citar o período de mudança entre infância e vida adulta – adolescência e juventude – serão, a partir daqui, usadas como sinônimos.

Os primeiros passos para uma distinção entre as idades e estágios da vida começaram, então, no século XVI, a datar dos meios sociais mais privilegiados. Uma prévia noção de adolescência poderia ser remetida à medicina, ao tratar da puberdade, e à psicologia, ao tratar desses que passavam pelo período juvenil (LE BRETON, 2007).

No século XVI e XVII, o sentimento de infância começou a crescer na mentalidade comum, especialmente nas mães e avós, pela graciosidade e fragilidade das crianças. Entretanto, também se observa um excesso entre os moralistas e educadores do século XVII em impor a educação de maneira mais severa. Os dois séculos citados contemplam um momento de transformação das famílias, que passaram a construir sentimentos de afeto entre seus membros e colocaram a criança em foco. A percepção de juventude nascia lentamente e a extensão da frequência escolar contribuiu para a compreensão do período. “A escola deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal de iniciação social, da passagem do estado da infância ao adulto” (ARIÈS, 1981, p. 231). Ariès demonstra que a escola teve grande responsabilidade no surgimento das categorias de criança e adolescência, e que contribuiriam para a formação intelectual e comportamental destes. O autor também cita os manuais de civilidade, que, apesar de não serem livros escolares, contribuía para uma educação mais rigorosa. O manual *La Galatée*, especialmente, que atingiu um grande público no século XVII⁴, é descrito como: “Tratado muito necessário para bem treinar a juventude em todas as maneiras e modos de agir louváveis, bem recebidos e aprovados por pessoas de boa educação e grande virtude (...)” (ARIÈS, 1981, p. 248). Ou seja, à medida que a consciência de juventude ia se firmando socialmente, regras e formas de moldá-la surgiam ao mesmo passo. A adolescência seria uma espécie de privilégio dos filhos da burguesia devido à

⁴ Benevolência da conversa entre homens, Rouen, Romain de Beauvais, 1618, pet. em 8º. (datado de Pont-a-Mousson, 25 de agosto de 1671).

continuidade dos estudos, “(...) ainda que essa juventude não esteja sempre feliz, pois é tratada com dureza e monitorada com vigilância” (LE BRETON, 2017, p.45).

As escolas colaboraram na diferenciação do período da infância para a adolescência e a divisão de idades começava a criar os primeiros sinais de uma classificação etária entre esses indivíduos. A partir do final do século XVII, a criança foi separada do adulto na sala de aula e agrupada com seus pares sob a supervisão dos mestres. Os meninos puderam usufruir do estudo primeiramente, até a Primeira Guerra Mundial a escolarização era dedicada a eles e, em especial, à burguesia. As meninas começam a escolarização no final do século XVIII e início do XIX, quando eram direcionadas para atividades femininas (LE BRETON, 2017).

Três obras literárias também foram consideradas definidoras da emergência do sentimento de adolescência. *Emílio* (1762), escrita por Jean-Jacques Rousseau, colocou a juventude em evidência e fez questionamentos da natureza humana. Johann Wolfgang Goethe escreveu o romance juvenil *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774), de desfecho trágico e grande sucesso na época entre os jovens, e também de Goethe, o romance *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (1796), considerado como primeira obra do gênero romance de formação – pois aborda questões da construção do indivíduo e o desenvolvimento de suas habilidades no conflito social⁵ (CESAR PIRES, 2016). Rousseau, um dos inspiradores da Revolução Francesa⁶, e Goethe, que também escreveu questões diretas sobre a juventude, são dois nomes importantes da época para o incentivo à autonomia desses jovens. O sociólogo Edgar Morin (2009) acredita que esses dois marcos, a Revolução Francesa na política e o livro *Os sofrimentos do jovem Werther* na cultura, foram o “nascido do sol” para a juventude no mundo (MORIN, 2009). As décadas e séculos que seguiriam essas duas referências passariam por um movimento de “degerontocratização”, ou seja, um pensamento de desocupação de pessoas mais velhas do poder, um

⁵O romance de formação é designado como tal, não somente pelo conteúdo do enredo, mas, também, por seu potencial de formação do leitor, o que lhe conferiria um potencial político: a ampliação do círculo de atuação social do burguês, por meio de uma formação universal, antes restrita à nobreza (CESAR PIRES, Pedro, 2016, p. 163).

⁶ Cf. o verbete sobre Rousseau em *François Furet e Mona Ozouf, Dictionnaire Critique de la Revolution Française*, Paris, Flammarion, 1992.

“rejuvenescimento dos quadros” e subida de hierarquias por pessoas de idade menos avançada, conforme cita o autor.

A História dos movimentos sociais juvenis marcou o passo da caminhada dos adolescentes rumo ao reconhecimento social. “A partir da Revolução Francesa, o engajamento da juventude urbana não deixará de se manifestar no decorrer dos movimentos revolucionários ou das lutas operárias, em relação à sua importância social e sua emancipação simbólica como faixa etária” (LE BRETON, 2017, p. 53). É possível buscar na História diversos movimentos juvenis, em geral contra imposições políticas desde o final do século XVIII. No entanto, a juventude urbana também protestou seu espaço por caminhos diferentes no século seguinte.

Uma onda de movimentos juvenis forçou passagem e diferenciou-se, em especial, a partir do fim do século XIX. Na falta de uma estrutura inclusiva, jovens se organizavam em gangues recebendo socialmente o diagnóstico de delinquentes. Savage (2009) explica que, em 1857, o *New York Times* havia intercedido pelo temível conflito entre os *Bowery Boys* e *Dead Rabbits*⁷. Eram os efeitos do Novo Mundo, quando a população urbana triplicou, ocorrendo a troca do campo pela cidade e a imigração da Europa Ocidental e Oriental atingiu seu auge comparado aos anos anteriores. Em 1890, diversos grupos foram noticiados na imprensa, entre eles o *Growler Gang*. Esse ganhou destaque no jornal com dados mais precisos divulgados ao público e proporcionaram evidências documentais de uma juventude urbana. A autonomia que esses jovens assumiram ia para além de uma rebeldia, mas uma experiência do poder da juventude e de todos os privilégios físicos que ela proporcionou. “Uma grande atração deste

⁷ “Os Dead Rabbits emergiram da mesma miséria e sujeira que produziu inúmeras outras gangues de rua de Nova York no século XIX. A gangue surgiu na década de 1840 no horrível distrito de Five Points de Manhattan, uma favela de terrível reputação. (...) outras gangues como o Bowery Boys, também ocorriam com frequência. Os Dead Rabbits foram os instigadores principais dos tumultos do 4 de julho de 1857. Junto com uma gangue aliada chamada Plug Uglies, os Dead Rabbits desceram sobre o Bowery Boys no turno que estavam em casa. The Bowery Boys, apoiado por guardas atlânticos, conheceu os seus invasores e uma grande briga de braços durou horas”. Traduzido do original: “*The dead rabbits emerged from the same squalor and filth that produced countless others New York street gangs in the 19th century. The gang came into existence in the 1840s in Manhattan’s horrid Five Points district, a slum of terrible repute. (...) other gangs such as the Bowery Boys, happened frequently. The Dead Rabbits were prime investigators of the Fourth of July riots of 1857. Along with an allied gang called the Plug Uglies, the Dead Rabbits descended on the Bowery, home turn of the Bowery Boys. The Bowery Boys, backed by atlantic guards, met the invaders and a hug brawl eruped that lasted hours*”. (HENDLEY, 2009, p. 66).

mundo é a sua permissividade sexual (...), mas isso só funcionava para os homens”, Savage complementa citando o romance *Maggie: The girl of the streets*, “Florescendo ‘numa poça de lama’, a sua heroína tem apenas a sua juventude: ‘Ela começou a ver o rosado de suas faces como algo valioso’” (CRANE, 1891, *apud*. SAVAGE, 2009, p. 55). Assim, as mulheres também participavam do movimento, seja pela prostituição ou ainda vivendo segundo seus próprios termos.

Em 1890, as autoridades americanas já conviviam com um extremo incômodo: os adolescentes sem regras, em especial as gangues. Em contrapartida, pela primeira vez, foi percebida uma atenção aos futuros adultos, com incentivo à continuidade escolar e a postergação de sua entrada na vida adulta (SAVAGE, 2009). Porém, em julho de 1899, o estado de Illinois aprovou uma lei para regulamentar o controle de crianças delinquentes e a instituição de um tribunal juvenil. A definição de delinquentes, nesse caso, foi traduzida para “(...) qualquer criança com menos de 16 anos que violasse qualquer lei do estado ou postura municipal (...)” (HAWES, 1894, *apud*. SAVAGE, 2009, p. 80). Ao mesmo tempo em que era conveniente a criação de normas legais, o tribunal entendia a delinquência como resultado de más condições sociais (SAVAGE, 2009). O autor aponta que, na virada do século, a delinquência juvenil já chamava atenção de todo o mundo como um problema social. Os jornais da Grã-Bretanha disparavam notícias dos grupos desordeiros. Para se ter uma ideia, em 1890, os *Scuttlers* de Manchester, uma das gangues mais conhecidas, provocaram uma luta livre com cerca de 500 jovens e, em 1898, adolescentes promoveram uma onda de atos delinquentes no mesmo dia, denominados *Hooligans* pela imprensa. “(...) os *Holligans* e os *Scuttlers* estavam tentando ser donos de seu próprio destino. Unir-se em bandos e envolver-se em disputas territoriais era um modo de se afirmar, de ver um pouquinho de excitação e transcender um estilo de vida sem saída” (SAVAGE, 2009, p. 61).

Em 1900, na França, outro grupo bem influente mostrou sua vontade de conquistar espaço social no mundo. Os *Apaches* provocaram medo na população: realizavam roubos, assaltos, agressões e brigas em bando. Mesmo na contramão das lutas de movimentos juvenis anteriores do país, os *Apaches* mostraram que, na França, já havia um enfrentamento precoce dos adolescentes e a juventude delincente também mostraria seu lado francês. A Alemanha, por sua vez,

configurava um ambiente bastante particular. Considerada a pátria originária do romantismo, a juventude reivindicava autonomia. A peça *Spring Awakening*, ainda segundo Savage, foi escrita em 1891 justamente para representar jovens que não eram a favor do sistema de crenças políticas, sem oferecer uma orientação para suas vidas. Baseada em fatos reais, as cenas mostravam suicídios dos jovens que não se encaixavam no cenário imposto e foi duramente criticada pelos adultos da época por influenciarem o pensamento de seus filhos.

No final do século XIX, surgiu o que é considerado pelos pesquisadores como o primeiro movimento unicamente de jovens, o Movimento Juvenil Alemão, denominado Wandervogel (pássaros migradores). Nasceu em reação ao autoritarismo do sistema educacional e ao governo alemão, em 1896, próximo a Berlim. O movimento rejeitava a escola, a educação, os professores, e fazia um apelo à liberdade, à aventura, ao jogo, ao rito, em oposição à sociedade urbana. Espalhou-se por toda a Alemanha, Áustria e Suíça. Sua valorização da natureza e a fuga dos centros urbanos, a convivência, criava uma espécie de mundo próprio (GROPPO, 2000). O movimento fugia das realidades contemporâneas, como uma nova sociedade, com seu próprio estilo de vida, emigrante e com o sentimento de oposição aos adultos. Os Wandervogel foram uma fuga de um mundo de imposições e regras já estabelecidas para a juventude. Diferente dos movimentos anteriores, os Wandervogel buscavam o mínimo contato possível com os adultos. Em um cenário em que a concepção de juventude era criada e moldada, os protagonistas fizeram seu próprio enredo. Sem entender com clareza, a sociedade se via chocada com essa juventude que novamente ganhou o título de rebelde e promíscua. Salvatore Valitutti (1968) comentou as diversas circulares que o Comitê Central da Juventude produzia. Discursos de repúdio aos adultos onde a juventude pudesse se autorrepresentar: “(...) a juventude até agora mantinha a parte da vida pública da nação, não teve outro papel a não ser o de aprender, forçadamente, a contentar-se com uma sociedade mesquinha e superficial e a ser um simples apêndice das gerações mais velhas” (VALITUTTI, 1968, p. 129).

A eclosão da Primeira Guerra Mundial também despertou curiosidade e entusiasmo de parte da juventude mundial. Mocarzel (2017) demonstra que a guerra empenhou, nos jovens, uma vontade de fazer algo a mais na vida. Os alemães traziam o sentimento de morte heroica (*apud* SAVAGE, 2009), os

ingleses traziam a fuga ao tédio da classe trabalhadora, os jovens franceses estavam alimentados pelo seu histórico de lutas e os italianos representavam uma ideia de país futurista e destemido (MOCARZEL, 2017). O movimento Wandervogel, por sua vez, atravessou o período da Primeira Guerra Mundial, mas não sem sofrer dissoluções de partes que interpretavam alguns pontos de maneiras diferentes e queriam seguir seu próprio estilo de movimento. Tais grupos que iam se manifestando em algumas partes do mundo, vistos como delinquentes, despertavam a atenção da sociedade, sem deixar, tampouco, passar pelos olhos dos sociólogos e antropólogos daqueles anos, especialmente os da Escola de Chicago e da Universidade de Birmingham, no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), como será visto adiante.

Em 1910, os psicólogos já mencionavam a importância dos estudos sobre a juventude, porém ainda sem lograr de nenhuma grande obra que marcasse esses primeiros anos de século. Catani e Gilioli (2008), respectivamente sociólogo e educador, afirmam que, nessa década, as pesquisas eram intencionadas a compreender o problema do abandono infantil e suas formas de assistência. Dez anos depois, em 1920, o antropólogo Robert Park entre outros pesquisadores, se dedicou aos estudos das culturas juvenis (CATANI e GILIOLI, 2008). Nesse momento, o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago se concentrava preferencialmente nas pesquisas voltadas aos fenômenos sociais que ocorriam no espaço urbano. Entre os grupos interessados em juventude, estavam os temas de gangues juvenis, marginais e códigos das ruas. De acordo com os autores, a juventude era tratada como um problema. “A delinquência juvenil, um dos principais focos, foi entendida como defeito no processo de socialização a ser corrigido por medidas correccionais” (CATANI e GILIOLI, 2008, p. 91).

Em uma conferência, o sociólogo também da Escola de Chicago, Howard Becker (1996), afirma a importância de seu antecessor Robert Park para os estudos juvenis na instituição e revela que a delinquência juvenil afetava principalmente os filhos dos imigrantes, que praticavam pequenos delitos. Conforme os anos passavam, os estudos ganhavam mais consistência entre os sociólogos de outras instituições. Catani e Gilioli citam também a influência do sociólogo da Universidade de Havard, Talcott Parsons, que, na década de 1940, compreendia uma “subcultura juvenil genérica”, contribuição importante para os

caminhos que as pesquisas sobre juventude seguiam naquele âmbito. A ideia de unidade cultural de Parsons, exposta de maneira sucinta, compreendia a juventude em todo o mundo compartilhando o mesmo sentimento, uma cultura juvenil que liga os jovens. Para Parsons, para cada grupo etário, existem regras a serem seguidas dentro de papéis sociais, como a criança, o adulto e o velho. Em termos biológicos, cada um desses grupos seria praticamente o mesmo em todas as sociedades, contudo, eles seriam diversos por serem definidos culturalmente, conforme bem elucida o sociólogo Breitner Tavares (2012). Assim, a juventude seria uma preparação para a vida adulta, mas com hábitos e modos diferentes, e a delinquência seria um “desvio” normal desse período ainda considerado como “problemático” (CATANI e GILIOLI, 2008).

Já os estudiosos da Universidade de Birmingham, especialmente o *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), compreenderam que a juventude é composta de pequenos grupos sociais, cada qual com uma cultura específica. Para entender como se chegou a tal pensamento, antes, é importante entender como se constituiu o CCCS. Richard Hoggart foi o primeiro diretor do CCCS, em 1964. Esse Centro reuniu estudiosos do que hoje denominamos o campo dos Estudos Culturais que, inspirado em sua pesquisa, *The Uses of Literacy*, de 1957 (ESCOSTEGUY, 1998), reuniram-se para observar “As relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais” (ESCOSTEGUY, 1998, p. 87). Outras duas obras e autores também são considerados, ao lado de Hoggart, as bases dos estudos culturais britânicos: Raymond Williams, com *Culture and Society* (1958), e E. P. Thompson com *The Making of the English Working-class* (1963) (ESCOSTEGUY, 1998).

Ao relembrar as maneiras de demonstrar insatisfação expostas pelos jovens e o contexto social daquele momento, compreende-se que os estudos observaram a juventude pelas relações, pelas inquietações e pelo que pensavam. Os pesquisadores observam, então, que os jovens vivem em pequenos grupos sociais, cada um com sua própria cultura, em subculturas. É importante destacar a compreensão de subculturas, no plural, diferente do que foi citado por Parsons, no singular. Assim, foi revelado que essas subculturas possuem uma relação própria com o universo dos adultos, diferente e única de entendimento com os elementos

que o cercam. No entanto, as subculturas eram percebidas de duas maneiras: o outro reduzido ao comum e banal, ou visto como exótico, negativamente (CATANI e GILIOLI, 2008). “Essas subculturas juvenis seriam produto da proletarização de grandes contingentes populacionais e manifestariam resistências ocultas à ordem hegemônica sob a aparente passividade juvenil” (CATANI e GILIOLI, 2008, p. 94). Essa breve observação sobre os estudos juvenis que se estabeleceram no mesmo período da “juventude delinquente” nos ajuda a analisar a conjuntura que se estabelecia socialmente e as principais instituições que, hodiernamente, são consideradas entre as fundadoras dos estudos sociológicos juvenis.

No entanto, voltando a analisar o contexto da juventude pós-Primeira Guerra se firmando em uma posição na sociedade, tanto as crianças quanto os adolescentes eram vistos como fontes de energia transformadora, que necessitavam sempre de vigilância (GROPPO, 2000). Os jovens, com tamanha energia, seriam úteis coletivamente? Ou ainda, como não poderiam ser um perigo? Jon Savage (2009) explica que, no século XIX, os tradicionalistas da Europa encontraram o destino que lhes parecia adequado para aproveitar toda a intensidade que os jovens tinham a oferecer: o militarismo. Savage cita o livro do tenente coronel, Von der Goltz, que afirma ser a fase dos 18 aos 24 anos a mais adequada ao serviço militar, pelos seus atributos físicos e psicológicos. O corpo estaria em pleno vigor, sem preocupações, e complementa, assegurando ser um exército jovem o mais superior de todos (SAVAGE, 2009). Apesar de a França ter sido o primeiro país a convocar recrutamento, em 1793, foram a Alemanha e a Grã-Bretanha, no final do século XIX, que introduziram o incentivo aos jovens. Essa percepção ganhou cada vez mais força com a necessidade de ter mais jovens somados à guerra. Os movimentos juvenis do início do século XIX na Alemanha e Inglaterra levantaram ideias acerca de juventude e valores nacional-patrióticos, fortalecendo um lugar social para o jovem. Luisa Passerini (1996) explica que os anos anteriores e, principalmente, posteriores à Primeira Guerra Mundial, foram importantes para parte da afirmação do conceito de juventude. O fascismo italiano soube aproveitar bem essa fase, atribuindo aos adolescentes uma importância nacional, alimentando-lhes a vaidade de certa maneira.

Em 1921, o governo declarou que 25% de seus homens eram jovens com menos de 21 anos. Assim, começou a usar o termo “Geração da Guerra” e, mesmo com protestos dos combatentes não fascistas sobre os dados serem falsos, a propaganda estimulou o crescimento do movimento. Segundo Passerini, o fascismo usou conceitos e imagens já presentes na história da cultura europeia para criar um vínculo de heroísmo, morte pela pátria, além de masculinidade e virilidade. A imagem criada para o *Duce*, Mussolini – jovem, macho, guerreiro – tinha como ideal conservar uma eterna juventude, valores que foram ligados aos jovens como algo inerente, natural a eles. O fascismo dedicava de vários modos atenção à juventude, “(...) tanto física quanto espiritual, provocando sobreposições e confusões entre os vários planos de significado, que foram particularmente penosas para aqueles que cresceram e viraram adolescentes durante a ditadura” (PASSERINI, 1996, p. 324), isso porque uma parcela dessa juventude tinha consciência de uma ideologia manipulada pelo regime, mas como enfrentá-la? Muitos jovens passam por ambas as experiências: da convicção ao fascismo à resistência a ele. Essa personificação do jovem criada pelos adultos era incorporada à ideologia, que, independentemente de ser a correta à conjuntura ou não, injetava no imaginário desses jovens e até mesmo da própria sociedade como verdadeira: “(...) atribuem-se aos jovens os poderes de uma missão salvadora em relação ao partido e ao Estado fascista” (PASSERINI, 1996, p. 318).

Ainda que esse discurso acreditasse no potencial dos jovens para uma sociedade melhor de se viver, não teriam interesses particulares por trás destes que uniram a juventude ao valor de heroísmo? Groppo demonstra que o nazismo usou estratégias parecidas do fascismo com relação ao militarismo juvenil. Inseriram em suas descrições ideais, slogans e valores que engrandeciam a juventude, colocando os adultos como ultrapassados. Os pais, inclusive, eram classificados nessa propaganda como velhos, antigos, de pensamentos até mesmo comunistas. O incentivo para um conflito de gerações era reafirmado constantemente e, no Terceiro Reich, surge o termo “comunidade Volk”, com sentimento de união e pertencimento. O próprio Hitler chega a declarar, em 1938, que esses adolescentes não seriam mais livres e todos deveriam ceder seu tempo e espírito “a fim de garantir ao povo alemão uma eterna juventude” (MICHAUDE, *apud* GROPPPO, 2000, p. 162). A Juventude Hitlerista e a Liga das Jovens Alemãs foram duas das

organizações juvenis mais emblemáticas da História; sua organização, estágios e obrigações apresentam uma integração militante única.

Observa-se, então, que, a partir do final do século XIX e início do XX, os jovens começam a demonstrar, de alguma maneira, sua insatisfação ao que era criado pelos adultos. Principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, ainda mais grupos e movimentos juvenis surgiram em todo o mundo. Esta pesquisa não tem a pretensão de retratar todos os movimentos juvenis da História, apesar de reconhecer a grande importância destes para concretizar o conceito de juventude contemporâneo. Até aqui, é entendido como tal categoria da vida do homem surgiu lentamente, ganhou diferenciação social e relevância, e, principalmente, que, com o nascimento da percepção de juventude, iniciam-se também os propósitos dos adultos sobre o jovem *versus* sua autonomia.

2.3.

Geração: uma construção científica

Ao final da Segunda Guerra, o mundo já tinha passado por experiências que lhe proporcionaram uma consciência da existência do período da juventude. Outrora, os adolescentes mostraram o lado submisso e revolucionário que permeiam as suas vidas diante dos adultos, um paradoxo que somente poderia fazer sentido nesse período da vida.

Conforme foi visto, o século XVIII foi a nascente de um novo olhar dirigido aos adolescentes. As mudanças no tratamento social não tocariam apenas as famílias, mas disseminariam para outros territórios, entre eles os estudos científicos. Andreas Flitner (1968) aponta que diversas áreas começaram a se interessar pela posição do homem no mundo dos seres vivos gradativamente. Estudos sobre a infância e juventude também fizeram parte do contexto de busca pelo conhecimento em áreas como Biologia, Psicologia e Filosofia. O psicólogo Granville Stanley Hall usou o termo adolescência, em conferência, no ano de 1898, para situar o período entre a infância e a idade adulta.

Stanley Hall, que há 5 anos acentuava suas pesquisas sobre esse período, declarou que o estágio, que pode começar entre 12 a 14 anos e terminar entre 21 a 25, é uma nova fase da vida (SAVAGE, 2009). Conforme cita Savage (2009), para o psicólogo, “a sua grande realização foi perceber que, na sociedade americana e ocidental, o estado intermediário que Rousseau havia ao mesmo tempo exaltado e feito advertências a respeito, não era só determinado biologicamente, mas socialmente construído” (SAVAGE, 2009, p. 82). Mas somente no século XX, no âmbito da Psicologia, foram registrados os primeiros livros dedicados inteiramente ao tema da juventude. Stanley Hall escreveu *Adolescence* em 1904, em dois volumes, com quase 1.500 páginas. O autor foi o primeiro a mostrar uma definição sistemática com idades e deu atenção ao estado psíquico do jovem, sendo um dos primeiros livros americanos a usar Freud em seus estudos (SAVAGE, 2009). Após essa vasta investigação, o campo das pesquisas sobre a juventude foi dominado pela Psicologia Comparativa, Psicologia de Observações Exatas e, de maneira geral, a Psicologia aprofundou os estudos sobre a juventude a partir daquele momento.

No decorrer dos anos 1920, os conhecimentos sobre a juventude ganharam novas contribuições de outras áreas, mas a Psicologia sempre acompanhou o tema com afinco. Andreas Flitner (1968) demonstra que, em 1924, Eduard Spranger escreveu *A Psicologia da Juventude*, que rompeu com um estudo unicamente voltado aos impulsos e condições da psicologia, valorizando as configurações sociais e culturais. Assim, as reações psíquicas dos jovens e as realidades sociais despertaram mais interesse para os estudos entre Psicologia e Sociologia sobre o tema. Spranger revelou que as formas de comportamento social generalizado sempre são os principais meios de busca para um aprofundamento sobre a juventude, uma associação que poderia produzir um ideal de geração “pois a crítica da sociedade foi o primeiro tema, o desprendimento das formas sociais tradicionais o primeiro passo, o estabelecimento de configurações sociais juvenis o manifesto de geração e de sua nova autoconsciência” (FLITNER, 1968, p. 59). Um ponto fundamental para a análise dessa pesquisa baseia-se nas generalizações acerca da juventude, usando o conceito de “geração”.

A categoria geração teve seu sentido mudado ao longo do tempo. Em meados do século XIX, era usada para se referir a homens que nasceram em um

mesmo período. Em 1900, a palavra ganhou articulação com conceito “juvenil”, como um grupo em destaque social. Olhando para o contexto dos Estados Unidos, o termo era usado para citar os imigrantes “(...) primeira ou segunda geração” (SAVAGE, 2009, p. 151). Em 1912, os jovens franceses Henri Masis e Alfred de Tarde fizeram um estudo dos parisienses de 18 a 25 anos. Os autores descobriram um “(...) abismo entre gerações” (SAVAGE, 2009). A comparação era entre os jovens de 1912 e os que alcançaram a maioridade em 1885. Assim, concluíram que os jovens de 1885 eram pessimistas, exageradamente intelectuais, relativistas e agnósticos, o que teria contribuído para que a juventude e a própria França, de 1870, vivessem um período decadente. Por outro lado, os rapazes de 1912 viam-se cansados do caos que se instalou na França, buscavam ordem e hierarquias. Havia, então, um choque entre pais e filhos, pais liberais – ou decadentes – e filhos mais conservadores. O estudo foi um dentre vários que despontaram nesse período pré-guerra devido à nova importância dos adolescentes. “Até então a juventude tinha sido um estado definido principalmente pelos adultos: agora, os sujeitos destas definições clamavam para ter a própria voz. Abstraída nesses tratados, a juventude tornou-se uma religião em si mesma (...)” (SAVAGE, 2009, p. 150).

Em 1920, o sociólogo francês, François Mentré, atualizou o estudo dos autores, indagando de que modo, especificamente, ocorrem as coortes geracionais, se não há uma ruptura nos nascimentos e influências sociais, e, portanto, como um grupo receberia uma identidade diferente de outro baseado na idade? Mentré, no entanto, entende que a ideia de geração deve ser estipulada em um espaço de 30 anos, em uma atribuição não puramente cronológica, mas considerando aqueles que estão acerca de sua idade, atividades e influências (MENTRÉ, 1920, *apud* SAVAGE, 2009). Segundo Savage, uma visão elitista acreditava ter cada período uma geração dominante que moldava seus contemporâneos. Mais tarde, Mentré admitiria que 30 anos é muito tempo para espelhar o rápido ritmo de mudanças.

O período pós-guerra representava um momento em que cada grupo nascido buscava destaque diante dos outros. “Havia os que tinham nascido em 1880, Geração A, os ideólogos conservadores que tinham alimentado a febre da guerra de 1914. Havia uma segunda opção, B, que nascia por volta de 1890, tinha entrado na guerra no início da vida adulta” (SAVAGE, 2009, p. 205), gerações divididas por período de uma década. Quanto às seguintes, porém, não há uma

coorte específica: “A Geração C, nascida poucos anos depois, tinha saído direto da escola para o combate, enquanto a Geração D, a Classe de 1902, era muito jovem para lutar no período de 1914-1918, mas tinha idade suficiente para disputar o seu lugar na sociedade” (SAVAGE, 2009, p. 205). A partir daqui, é possível analisar alguns dos primeiros nomes de gerações, porém estes – A, B, C e D – não são os mais encontrados nas pesquisas do assunto. Esse período ganhou a terminologia de “Geração Perdida” para a História, que mirava em outra camada de jovens. Posteriormente, essas nomenclaturas serão retratadas conforme seus recortes de tempo.

O ensaio *O problema das gerações*, de Karl Mannheim, escrito em 1928, é considerado, por grande parte dos pesquisadores do assunto, um clássico⁸. Mannheim inicia sua análise com uma observação sobre o estado do problema, por assim dizer, buscar a situação interna, o surgimento da questão. Para ele, a questão de geração seguiu por dois caminhos: pelos positivistas, que dominavam grande parte do pensamento liberal francês, e pelo pensamento histórico-romântico alemão. Mannheim explica que os positivistas buscavam quantitativamente dados de ser homem, e a vida e a morte eram entendidas como algo limitado e mensurável, e que gerações eram renovadas por um tempo determinado (MANNHEIM, 1993). O autor cita Hume, Comte, Cournot, J. Dromel, Mentré e, de maneira geral, Mannheim encontra uma característica em comum entre os autores: o esforço por uma lei geral do ritmo da História. A partir daí, buscam decifrar a base da lei biológica e a limitada duração da vida do homem, a idade e suas etapas.

A meta desses autores era compreender a mudança formal das correntes espirituais e sociais a partir da esfera biológica e aprender a configuração do progresso do gênero humano partindo da sua essência. Para isso, utilizavam a Psicologia Esquemática, que estabelecia a velhice como elemento conservador e a juventude como um temperamento tempestuoso. De maneira geral, Mannheim acredita ser uma percepção rasa para a proposta.

⁸O texto já foi traduzido em diversos idiomas, mas as duas opções disponíveis na língua portuguesa são alvo de críticas por não alcançarem com fidelidade as ideias do autor. Uma boa opção de referência é a tradução espanhola, que escolhi para consulta. MANNHEIM, K. 1993. “*El problema de las generaciones*”, Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS), n. 62, pp. 145-168.

Outro ponto em precisão são as maneiras estabelecidas para o recorte de geração. Entre os autores citados, Mannheim afirma que há um consenso de que o tempo estipulado é de 30 anos para essa mudança geracional e, para alguns poucos como Dromel, o melhor espaço de tempo seria de 15 anos. “Os trinta primeiros anos de formação; somente ao alcançar essa idade é que começa o indivíduo médio a ser criativo e quando chega aos sessenta deixa a vida pública”⁹ (MANNHEIM, 1993, p. 196). Ao discorrer sobre o contexto histórico-romântico alemão, o autor apresenta uma atmosfera completamente distinta. As correntes de pensamento que dominaram ambos os países correspondem absolutamente às suas estruturas histórico-políticas. Se, para o pensamento positivista francês, o conceito de tempo era uma concepção retilínea, externalizada e a sucessão de geração era sinônimo de progresso, para os alemães, a visão era oposta. O pensamento histórico-alemão apresenta a qualidade do tempo interior da vivência. Mannheim cita Wilhelm Dilthey e seu uso das unidades geracionais, estudando o transcurso dos movimentos espirituais, que, anteriormente, era observado apenas de maneira externa por meses e anos. “Desta forma, o problema geracional torna-se o problema da existência de um tempo interior incompreensível e só pode ser entendido com algo puramente qualitativo”¹⁰ (MANNHEIM, 1993, p. 199).

Dilthey (*apud* MANNHEIM, 1993) analisa a situação de geração também através da contemporaneidade. O autor afirma que os indivíduos experimentam as mesmas influências e diretrizes da cultura intelectual que os moldam, assim como a situação político-social. Dessa forma, constituem uma geração, uma contemporaneidade, porque essas influências são únicas. Mannheim considera também a visão do historiador Wilhelm Pinder: “(...) a não contemporaneidade dos contemporâneos” (PINTER, *apud* MANNHEIM, 1993, p. 200). Apesar de Pinder ter a mesma raiz do conceito qualitativo de tempo que Dilthey, ele acredita que, se várias gerações vivem em um mesmo tempo cronológico, o único verdadeiro é o tempo vivencial: “Cada um vive com pessoas de sua idade e com pessoas diferentes em uma plenitude de possibilidades contemporâneas. Para cada

⁹ Tradução livre: “(...) los treinta primeros años de formación; sólo al alcanzar esa edad empieza el individuo medio a ser creativo, y cuando llega a los sesenta, el hombre deja la vida pública” (MANNHEIM, 1993, p. 196).

¹⁰ Tradução livre: “De esta manera el problema generacional se transforma en el problema de la existencia de un tiempo interior no mensurable y que sólo se puede comprender con algo puramente cualitativo” (MANNHEIM, 1993, p. 199).

um o mesmo tempo é um tempo diferente; ou seja: uma época diferente e própria, que ele compartilha apenas com seus pares"¹¹ (PINTER *apud* MANNHEIM, 1993, p. 200). Outro importante ponto de vista de Pinter é a negação de uma “enteléquia” geracional. O autor esclarece que “enteléquia” pode estar presente em diversos âmbitos, como nas artes, linguagem, estilo etc. A enteléquia de uma geração seria a expressão em unidade de seu sentimento de vida e mundo, suas metas íntimas, e assim, a enteléquia nesse caso pode ganhar sentido para destruir a ideia de unidade de tempo e espírito de uma época. “A unidade de uma época não tem nenhum impulso dinamizador, não conta com nenhum princípio formativo unitário; falta, portanto, de enteléquia”¹² (MANNHEIM, 1993, p. 202). Mannheim entende que não há unidade nos estudos de geração e compreende como grave os métodos que não avaliam o tema com profundidade científica. Este seria um guia fundamental para a estrutura do conhecimento dos movimentos sociais e espirituais para o autor.

Através da investigação de Mannheim, analisada até o momento, é possível verificar uma origem dos pensamentos e percepções de juventude na sociedade até aqueles anos. Gerações que, como será visto, foram cada mais demarcadas. Até aqui, são apresentados alguns dos principais embasamentos para sua linha de raciocínio. A seguir, são apontadas três diferenças acerca do conceito de geração que o autor definiu como: “posição geracional”, “conexão geracional” e “unidade geracional”. A posição geracional se fundamenta na existência do ritmo biológico do humano. Ele destaca que é nesse aspecto que as teorias naturalistas pecam ao induzir o sociológico a dados naturais, como uma espécie de dedução ao tentar mostrar o fenômeno social surgindo em realidades que são meramente antropológicas. Assim, o autor percebe na posição geracional uma semelhança de estrutura com a posição de classe, onde a posição de classe é definida por fatores econômico-sociais. A posição geracional é estabelecida por momentos que sugerem, como uma possibilidade, aos indivíduos afetados determinadas formas de vivência e pensamento (MANNHEIM, 1993). Para estar

¹¹Tradução livre: “Cada uno vive con gente de su edad y con gente de edad distintas en una plenitud de posibilidades contemporáneas. Para cada uno el mismo tiempo es uno tiempo distinto; a saber: una época distinta y propia de él, que sólo comparte con sus coetáneos” (PINTER *apud* MANNHEIM, 1993, p. 200)

¹² Tradução livre: “La unidad de una época no tiene impulso dinamizador alguno, no cuenta con ningún principio formativo unitario; carece, por lo tanto, de enteléquia” (MANNHEIM, 1993, p. 202).

incluído em uma posição geracional, é preciso ter nascido no mesmo contexto histórico-social, comunidade e período (MANNHEIM, 1993).

A conexão geracional é determinada como uma modalidade da posição de igualdade dentro do âmbito histórico-social. Por sua vez, é mais determinante: “Nós só falaremos, portanto, de uma conexão geracional quando os conteúdos sociais reais e os conteúdos espirituais estabelecem – precisamente nas áreas do que foi desestabilizado e o que está em renovação – um vínculo real entre os indivíduos que estão na mesma posição geracional”¹³ (MANNHEIM, 1993, p. 222). A conexão geracional liga os indivíduos de alguma maneira para além de apenas um recorte histórico-social e uma potencial coincidência. Há uma ligação real entre os indivíduos, mas o autor deixa claro que essa relação não deve ser provocada, pois a conexão geracional acontece pela conjuntura. Porém, a conexão geracional pode dividir-se em suas ideias, intenções e tendências distintas. Ser de uma mesma conexão geracional não significa compartilhar de todos os mesmos ideais. Para isso, Mannheim finaliza seu conceito com a explicação de unidade geracional. Por unidade, o autor entende que ela não consiste em uma adesão que possa desenvolver grupos concretos, mas que pode, sim, ocorrer de uma unidade geracional se transformar em grupos concretos, como nos casos de movimentos sociais, mas essa não é uma condição. Quando os indivíduos buscam associar-se por algum motivo, como uma família ou qualquer formação comunitária, deve-se entender como um grupo concreto. A autora Wivian Weller (2010) ajuda a esclarecer o conceito de unidade geracional de Mannheim: “(...) uma unidade de geração não é constituída por um grupo concreto, tampouco pelos conteúdos transmitidos através de expressões verbais ou corporais ou por meio de algum produto artístico produzido” (WELLER, 2010, p. 216). As unidades de gerações ocorrem pela mesma reação, mesmo pensamento sobre determinada questão, o conceito os liga pelas suas intenções. Entretanto, é importante destacar que cada unidade de geração pode compreender certos fatos de maneiras distintas de outra unidade de geração, mesmo pertencendo à mesma conexão de geração.

¹³ Tradução livre: “*Sólo hablaremos de, por lo tanto de conexión generacional cuando los contenidos sociales reales y los contenidos espirituales establecen – precisamente en los terrenos de lo que se ha desestabilizado y lo que esta en renovación – un vínculo real entre los individuos que se encuentran en la misma posición generacional*” (MANNHEIM, 1993, p. 222).

Karl Mannheim, de fato, é um pesquisador importante para a discussão aqui apontada, pois seus conceitos e reflexões foram os primeiros e mais completos sobre o tema. Groppo (2010) também emprega o conceito sociológico de geração analisado por Mannheim, concentrando-se, principalmente, na diferença entre geração e unidade de geração. O primeiro, como uma forma de situação social e sua experiência comum de uma transformação biológica. Unidade de geração, por sua vez, na interpretação de Groppo, seria uma potencialidade de cada momento histórico e cada situação social ligando os indivíduos, ainda que distantes no espaço em “(...) um destino comum e das ideias e conceitos de algum modo vinculados ao seu desdobramento” (MANNHEIM *apud* GROPPPO, 2000, p. 21). Groppo pondera que as experiências sociais de cada juventude e de cada contexto histórico não garantem uma unidade geracional ou, ainda, unidades de geração. Porém, ao citar o pensamento de posição geracional de Mannheim, Groppo expõe que, mesmo que as faixas etárias e condições sociais sejam as mesmas, há ainda que considerar que estas são criações socioculturais e não um dado natural: “(...) é a possibilidade de se criarem representações e relações sociais derivadas de outras relações e representações sociais” (GROPPPO, 2000, p. 21).

Shmuel Noah Eisenstadt (1976), em seu livro sobre gerações, também faz um alerta acerca de definições universais, já que os indivíduos estão sujeitos às influências culturais em todas as sociedades humanas. Grupos etários e movimentos juvenis surgem e existem somente sob condições sociais muito específicas, através do processo biológico de transição, crescimento e envelhecimento. Embora a significação de idades seja distinta entre as sociedades, o autor afirma que “não conhecemos nenhuma sociedade que não distinga as várias ‘idades’ e não as defina por meio de normas e valores de sua tradição cultural” (EISENSTADT, 1976, p. 02). As diferenças entre essas idades são de grande importância, tanto para o jovem enquanto indivíduo, como também para a sociedade que o incorpora, como vimos em seu processo histórico, através de funções e papéis sociais que esses adolescentes ganham diante de cada cultura. Eisenstadt afirma que as condições de relação entre os grupos etários estão ligadas a pré-condições básicas de existência e continuidade dos sistemas sociais. Em contrapartida, o jovem que encontra pertencimento tem mais noção de sua

identidade. Suas atitudes e sentimentos não passam por uma hereditariedade, mas, sim, por uma herança cultural de constante interação com adultos, entre família ou não, fundamental para a estrutura social.

A passagem do indivíduo pelos estágios da vida sustenta um sistema que não diz respeito unicamente a ele, mas a outros com quem se relaciona e desempenha seu papel em sociedade. Nessa relação, o jovem percebe os períodos de transição do sistema social e as expectativas que sobre eles recaem, traçando um caminho para a sua personalidade e para as unidades sociais com as quais se envolverão. É importante ressaltar que, apesar de grande parte das sociedades do mundo terem absorvido o sistema de grau etário, ainda há aquelas em que tal questão simplesmente não existe, como as sociedades tribais. Essas sociedades podem usar de meios para demarcar as mudanças de período na vida do indivíduo. Arnold Van Gennep ([1909] 2011) elucida a importância dos rituais de passagem como sistema organizacional, onde incorporar o novo e realizar a passagem de posição social torna-se “natural” e necessário. O autor analisa o contexto de relações e mecanismos que são ligados uns aos outros no ritual. Como bem observa Roberto DaMatta (2011) na apresentação do livro de Van Gennep, os ritos não resolvem a vida social, mas a trajetória que os jovens percorreram e percorrem durante a História são de extrema importância para alcançar reconhecimento e espaço. O ritual é algo já criado para os adolescentes e, nesse caso específico, em grande parte não expressa a sua opinião e tem muito mais a ver com os outros que presenciarão a nova fase do que com o próprio jovem.

É preciso compreender o ritual como parte de uma cultura, com suas especificidades, assim como em muitas delas está inserida a mudança de estágio da vida por motivos particulares que precisam ser estudados caso a caso. “Pois o rito igualmente sugere e insinua a esperança de todos os homens (...) de controlar e libertar, nesta constante transformação do mundo e de si mesmo que está inscrita no verbo viver em sociedade” (DAMATTA, 2011, p. 10). Van Gennep observa nos rituais de passagem as mudanças na vida do indivíduo que precisam ser externadas socialmente, através de ações que na cultura dialogam com o acontecimento. O autor dedica um capítulo especialmente à juventude e exemplifica com diversas sociedades tribais os rituais de passagem que garantem a nova posição e reconhecimento do jovem. É importante ressaltar ainda que nem

sempre há o ritual de passagem da infância para a juventude. Na realidade, diversas sociedades compreendem a transição como passagem para a vida adulta. Não há como generalizar o ritual, mas cabe entendê-lo como uma prática inserida em todas as culturas, ainda que alguma não o demonstre explicitamente.

Van Gennep ([1909] 2011) esclarece que, nos rituais de passagem, é possível identificar três sequências cerimoniais: “ritos de separação” (preliminares), “ritos de margem” (liminares) e “ritos de agregação” (pós-liminares). Não estando presentes necessariamente as três etapas em todas as populações, é possível identificar ritos de separação que são ligados diretamente aos de agregação, por exemplo. Para entender melhor essa dinâmica, pode-se pensar nos ritos de separação nas sociedades que isolam a criança que está prestes a se tornar um jovem apto a novas atividades; ritos de margem, seguindo o mesmo exemplo, seria o tempo de espera necessário para o reingresso em sua comunidade; e rito de agregação é o momento da receptividade do novo status social desse indivíduo. Ao considerar a juventude como um período entre fases, a infantil e a adulta, ainda em busca de um espaço, a caminho, é possível entendê-la facilmente como liminar. O autor sinaliza que a puberdade física e a puberdade social são pontos distintos que dificilmente se encontram no jovem. No primeiro citado, trata-se de uma questão de fisiologia, como alargamento da bacia e primeiro fluxo menstrual, sinais do desenvolvimento do corpo humano. Já a puberdade social compreende as regras culturais de cada lugar, ou seja, o que determina ou não se o indivíduo não é considerado mais criança são as diretrizes sociais. Como exemplo, o autor destacou algumas sociedades onde a mulher pode se casar antes da sua primeira menstruação, ou seja, seu corpo não estaria totalmente desenvolvido fisiologicamente, mas, socialmente, já seria entendido que ela poderia alcançar responsabilidades adultas.

Consoante ao clássico de Van Gennep, Victor W. Turner (1974) utiliza a referência de liminaridade. Para ele, é compreendida como uma passagem entre “status” e estado cultural definido. Em um grau intermediário, as pessoas que atravessam esse momento podem ser perigosas para manutenção da lei, são ambíguas e escapam de classificação, o que remete à memória da juventude delinquente que foi visto há pouco. O período de reclusão, para Turner, é constantemente comparado à morte, aguardando a nova posição da vida.

O autor sugere que se entendam dois modelos de relacionamento humano. O primeiro seria o da sociedade estruturada, com posições hierárquicas em que os homens seriam julgados como mais ou menos em relação uns aos outros. Outra possibilidade são as *communitas*, onde não há estruturação, juízo de valor e busca por “status”, ou seja, é um estágio não estruturado, como uma comunidade que se submete às autoridades, geralmente de anciãos rituais. O autor também as nomeou como “sociedades fechadas” e “sociedades abertas”, respectivamente.

É possível observar que a noção de *communitas* de Turner está nos primeiros movimentos juvenis que buscavam liberdade do domínio dos adultos, como o Wandervogel “(...) o próprio ‘movimento’ se torna uma instituição entre outras instituições, frequentemente mais fanático e militante que os restantes por julgar-se o único possuidor das verdades humanas universais” (TURNER, 1974, p. 137). Ainda sobre a liminaridade, Turner a entende dividida em dois sentidos. Por um lado, pode-se analisar um ritual que se caracteriza por mudar de “status”, como um momento único e que é realizado de maneira individual; e por outro, percebem-se liminaridades que são repetidas como um ciclo e, nesse caso, acontecem coletivamente em sua maioria. O autor afirma que a adolescência passa pelo primeiro quadro que Turner entende como os ritos de crises da vida, nos quais o indivíduo é “(...) marcado por um número de momentos críticos de transição, que todas as sociedades ritualizam e assinalam publicamente com práticas adequadas para gravar a significação do indivíduo e do grupo nos membros vivos da comunidade (...)” (TURNER, 1974, p. 203). Assim, o período da puberdade social é tomado de atenção também em sociedades que não demarcam a idade etária, mas a diferenciação entre a infância e a vida adulta é realizada por uma mudança de status dentro da sociedade que ocorre de acordo com a sua cultura. Fica claro que a condição de adolescente sempre existiu, mas não era reconhecida, como foi visto no subcapítulo anterior. Percebe-se também através dos rituais de passagem, transmitidos pela tradição dos anos, que carregam em si um reconhecimento determinado por obrigações sociais e não por ser o indivíduo, alguém com vontades próprias.

A busca por decifrar os comportamentos juvenis direcionou pesquisadores a entenderem a fase como igual para aqueles que a atravessam. “Esse conceito foi vulgarizado por uma Filosofia da História que concebia a dinâmica do

desenvolvimento social como uma constante renovação por períodos sucessivos, cada um introduzindo, graças à nova geração, um novo ‘espírito da época’” (BRITO, 1968, p. 10). Mas como se configura o espírito de uma época? Brito acredita que pode ter sido por uma minoria intelectual ou até mesmo literária, e que nem sempre conferiu a realidade do jovem “comum”, comentários estes referentes ao trabalho de Walter Jaide (1968). O autor afirma que as comparações com as circunstâncias da vida não geram respostas confiáveis. Assim, o ideal seria medir cada geração consigo mesma e os desdobramentos que atingiu de acordo com o tempo em que se vive, sem engrandecê-las. As condições do mundo em que vivem são fundamentais para a criação do perfil de cada geração. Jaide propõe que “uma juventude é marcada por seu tempo” (JAIDE, 1968, p. 19) – atrevo-me a completar, que também “um tempo é marcado pelas suas juventudes”, diversas, conforme o pensamento do autor – sem esquecer que essas diferentes juventudes que viveram em um mesmo tempo, geração, tomaram caminhos nem sempre parecidos e foram determinantes para certos momentos da História.

Ainda sob o prisma de geração, o autor afirma que “um período de tempo” é algo que envolve alguns fatores e contém complexidade em sua estrutura com antecipações do futuro, lastros do passado e acontecimentos sincrônicos do presente (JAIDE, 1968). É preciso persistência e paciência para não concentrar uma definição rasa baseada em pouca pesquisa ou em outros tipos de interesse. O autor acredita que é necessário refletir se realmente os comportamentos de cada geração são tão diferentes quanto as especificidades de cada período. Com isso, Jaide sugere desconsiderar questões como a moda, palavreado e tendências de cada época e mergulhar em uma análise da essência do jovem. “Talvez a juventude se tenha transformado menos do que a maneira como os adultos a consideram, respeitam, julgando-a interessante ou nova, como a veem e retratam” (JAIDE, 1968, p. 20). Com a segmentação de várias gerações, é comum que se crie uma comparação entre qual seria melhor e pior o desempenho de cada uma, e como deveria ser sua postura. Jaide propõe que muito mais proveitoso para as pesquisas sobre o assunto seria, então, a análise das diferenças entre a mesma geração, com as possibilidades de seu tempo, para uma comparação mais justa e coerente.

Analisar as diferenças entre os discursos em diversos segmentos, seja no campo dos estudos ou na comunicação de massa sobre o comportamento de determinada geração, pode render um interessante exercício de isenção. O pesquisador de juventude precisa praticar o desafio de tirar o véu das especificidades e aparências de cada geração e observar se questões que visitam cada uma não são repetidas com o tempo, seja pela humanidade de cada indivíduo ou pelos acontecimentos que regem esse período. O autor faz um alerta para que a sociedade se livre do vício de enxergar tudo diferente a cada nova geração e se deixe enganar por fatos incomparavelmente novos. Jaide defende uma multiplicidade das concepções de vida, no âmbito geracional, do que uma só característica de geração. “Suas múltiplas tendências são colocadas numa pseudo-relação que, dessa maneira, não se encontra em qualquer indivíduo ou grupo dessa geração nem é por ele atestada nem tampouco apresenta efeitos comprovados sobre a geração” (JAIDE, 1968, p. 24).

Pierre Bourdieu (1983) também compreende que as divisões entre as idades são arbitrárias e a fronteira entre juventude e velhice em todas as sociedades é um jogo (BOURDIEU, 1983). As classificações por idade equivalem a impor limites onde cada um deve se manter em seu lugar. O autor afirma que os recortes de geração fazem parte de manipulações. “O que quero lembrar é muito simplesmente que a juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente, na luta entre os jovens e os velhos” (BOURDIEU, 1983, p. 152). Ele explica que usa o termo “velho”, pois ser jovem ou velho é uma questão de perspectiva. Bourdieu cita idade social e idade biológica, entendendo que, em cada campo, há suas leis específicas de envelhecimento. Então, compreende que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, e falar dos jovens como uma unidade social ou um grupo com interesses comuns e criar uma justificativa na idade definida biologicamente já constitui uma manipulação (BOURDIEU, 1983). Unir em um mesmo conceito universos sociais diferentes seria um abuso de linguagem, segundo o autor. Sob tal prisma, ressalta a importância das sucessivas gerações, sendo que devem ser consideradas de acordo com os diferentes estados na estrutura de oportunidade de distribuição de bens. Nesse cenário, entram as divergências entre pais e filhos, por exemplo, onde o pai supervaloriza algo de difícil acesso e com valor especial em sua época de jovem e

o filho adolescente trata a mesma situação como banal, pois mantém contato com tal artefato desde seu nascimento.

Do mesmo modo, Catani e Gilioli (2008) acreditam ser complexa a análise de geração juvenil, visto sob ainda mais uma questão: mesmo que os indivíduos vivam em uma mesma comunidade e cultura, muitas vezes não compartilham da mesma classe social. Com isso, a trajetória que cada um desses jovens passa em suas vidas é diretamente afetada pela questão socioeconômica que muda suas experiências e necessidades. Os autores entendem a juventude em suas multiplicidades e que variam conforme a época e condições sociais (CATANI e GILIOLI, 2008).

No caso brasileiro, há grande diferença entre os jovens em melhores condições econômicas (com maior acesso à educação e bens culturais) e aqueles que dependem de um ensino público com deficiências graves e que tem de abandonar os estudos devido à maternidade precoce ou à necessidade de trabalhar para o sustento próprio e da família (CATANI e GILIOLI, 2008, p. 103).

Ainda é possível observar as classes etárias conforme a perspectiva da pesquisadora Guita Grin Debert (2001): como uma relação intergeracional. Alguns autores compreendem que o curso da vida contemporâneo é apagado pelos comportamentos tidos como adequados a determinadas classes de idade, como uma “descronologização” da vida, uma sociedade unitária. Assim, modos de agir e comportamentos específicos não estariam apenas ligados à questão etária.

Nesse processo a juventude perde conexão com um grupo etário específico, deixa de ser um estágio da vida para se transformar em valor, um bem a ser conquistado em qualquer idade pela adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas” (DEBERT, 2001, p. 114).

A autora explica que, desde o nascimento até a morte do indivíduo, instituições demarcam esses períodos, como escolarização, mercado de trabalho e aposentadoria. Em tempos contemporâneos, as sequências demarcadoras de estágios da vida não fariam mais sentido, visto que a sociedade vive outra realidade, inclusive tecnológica. A informatização dos indivíduos e a relação entre si ganham novas perspectivas que desconstroem uma “ordem natural da vida” (DEBERT, 2010).

O assunto de geração, no âmbito sociológico, pode ser discutido ainda com outras definições e contrapontos, mas, até aqui, é apresentada a reflexão proposta

sobre a construção da categoria de juventude, assim como de geração. Diante das reflexões, é possível observar outras perspectivas do estudo. Como última contribuição para um pensamento histórico e conceitual dos assuntos abordados, a interpretação de geração e faixa etária extraídas do *Dicionário de Sociologia*, de Allan G. Johnson, poderá elucidar algum questionamento. Assim, a definição de geração no dicionário e no sentido que é retratado nessa pesquisa, consiste:

Em sentido mais amplo e menos preciso, uma geração é um conjunto de indivíduos nascidos aproximadamente na mesma época, tais como os que nasceram na Grande Depressão ou na década de 1980. O problema com esse uso está na palavra “aproximadamente” na oração anterior, porquanto a definição de quando começa e termina uma geração torna-se inteiramente arbitrária. Poderíamos, por exemplo, definir os nascidos na década de 1940 como uma geração, mas, com igual facilidade, traçar a linha em torno do período de 1948 a 1956. Uma maneira comum de resolver o problema consiste em definir gerações em termos de eventos e períodos históricos importantes, tais como a Depressão e o período que se atingiu a Segunda Guerra Mundial (JOHNSON, 1997, p.116).

Por sua vez:

Faixa etária é um espaço de tempo culturalmente definido – tais como os períodos de infância e adolescência, considerado como uma situação social que afeta a maneira como pessoas são vistas e tratadas e o que delas se espera. (...) as faixas etárias são muitas vezes denominadas e escalas etárias ou grupos etários. Embora a primeira seja um termo aceitável, a última é imprópria, uma vez que grupo é um conjunto de pessoas que interagem de formas padronizadas e se consideram como a ele pertencentes. Esse fato certamente não é verdade no tocante a faixas etárias, exceto menores sociedades tribais (JOHNSON, 1997, p. 106).

Por fim, as perspectivas expostas possibilitaram realizar uma reflexão acerca do reconhecimento social da adolescência e do conceito de geração. É de grande importância tomar ciência de que a juventude conquistou espaço na sociedade, mas que também esse lugar foi concedido muitas vezes quando se percebeu o benefício dessa valorização. Uma disputa, conforme afirma Bourdieu (1983), que atravessa o tempo. O conceito de geração, por sua vez, que busca desenhar um comportamento generalizado de indivíduos que nasceram em determinada época, é impreciso conforme referenciado pela literatura. Ainda assim, para uma compreensão aprofundada sobre o assunto, é necessário estudar temas que são associados com os até aqui retratados, como a construção da indústria do consumo para as categorizações de gerações, assim como as suas subdivisões que surgiram pós-Segunda Guerra Mundial.